



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL SENAR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PARANÁ
CNPJ: 04.257.124/0001-08



BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em reais)				(Em reais)			
ATIVO	NOTA	2017	2016	PASSIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		147.082.431,27	124.724.758,63	CIRCULANTE		3.853.313,48	2.403.564,91
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3	138.796.719,29	115.610.553,63	OBRIGAÇÕES TRAB. TRIB. E PREVIDENCIÁRIA	10	405.417,62	389.438,22
Caixa		2.821,31	971,05	Obrigações com Folha de Pagamento		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios		3.858,67	5.257,63	INSS		248.540,09	236.828,74
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios		275,59	1.895,63	FGTS		54.491,16	56.807,61
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios		138.724.951,12	115.454.645,03	IRRF		94.783,47	89.236,93
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios		64.812,60	147.784,29	PIS		7.602,90	7.364,94
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	5.970.721,38	7.341.038,64	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
Contas a Receber		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Dotações Orçamentárias a Receber		5.500.000,00	5.200.000,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	11	1.265.777,69	609.120,88
Relações entre Unidades		0,00	0,00	Fornecedores de Bens e Serviços		1.265.777,69	609.120,88
Adiantamento para Pequenas Despesas		0,00	0,00	MOVIMENTAÇÃO ENTRE AS UNIDADES		0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Viagens		14.800,00	0,00	Relação entre as unidades		0,00	0,00
Adiantamentos a Terceiros		237.288,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS	12	23.579,97	28.484,93
Antecipações a Empregados		7.518,54	332.508,04	PIS/COFINS/CSLL		7.073,33	12.115,75
Valores Recuperáveis		211.114,84	35.364,24	IRRF		15.513,09	15.683,17
Devedores Diversos		0,00	0,00	ISS		993,55	686,01
ESTOQUES	5	2.302.504,94	1.736.760,97	APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA		0,00	0,00
Estoques - Rec. Próprios		2.243.580,63	1.736.760,97	Apropriação Trabalhistas		0,00	0,00
Estoques - Rec. Terceiros		58.924,31		PROVISÕES		1.957.391,69	1.011.354,38
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	12.485,66	36.405,39	Provisões Tributárias	13	1.957.391,69	1.011.354,38
Seguros a Vencer		9.755,55	33.999,75	CONTINGÊNCIAS		0,00	0,00
Assinatura de Revistas e Periódicos		2.730,11	2.405,64	Trabalhistas		0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE		13.851.980,50	13.442.963,31	Previdenciária		0,00	0,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	10.584,00	10.584,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES	14	201.146,51	365.166,50
Créditos a Longo Prazo		10.584,00	10.584,00	Convênios a Realizar		9.812,07	121.505,53
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proj. a Realizar		0,00	0,00
Investimentos Diversos				Credores Diversos		191.334,44	243.660,97
IMOBILIZADO	8	13.638.852,49	13.388.500,05	NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
Bens Tangíveis		13.638.852,49	13.388.500,05	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
Bens Móveis		6.718.489,40	6.922.445,00	Empréstimos e Financiamento		0,00	0,00
(-) Depreciações Acumuladas		-3.672.932,42	-4.428.313,77	DEMAIS OBRIGAÇÕES		0,00	0,00
Bens Imóveis		11.701.183,52	11.701.183,52	Convênios a Realizar		0,00	0,00
(-) Depreciações Acumuladas		-1.107.888,01	-806.814,70	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proj. a Realizar		0,00	0,00
INTANGÍVEL	9	202.544,01	43.879,26	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	157.081.098,29	133.990.990,67
Bens Intangíveis		330.928,99	154.326,33	Patrimônio Social		157.081.098,29	133.990.990,67
(-) Amortizações Acumuladas		-128.384,98	-110.447,07	Resultados Acumulados		103.488.134,20	68.051.218,57
TOTAL DO ATIVO		160.934.411,77	138.394.555,58	Resultado do Exercício		23.090.107,62	34.569.165,83
				Reservas de capital		23.855.641,97	30.586.745,05
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		6.647.214,50	783.861,22
TOTAL DO PASSIVO		160.934.411,77	138.394.555,58				



BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

(Em reais)

INGRESSOS			
	Nota	2017	2016
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)		66.218.987,12	87.735.185,51
CORRENTES/CAPITAL	16	65.668.197,28	87.107.171,64
Receitas de Contribuições		55.551.664,80	73.419.833,35
Receitas de Serviços		7.615,00	1.814,00
Receitas Financeiras		9.815.886,86	13.427.135,05
Outras Receitas		293.030,62	258.389,24
Operações de Crédito		-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	17	550.789,84	628.013,87
Receitas Recebidas de Instituições Privadas		550.789,84	628.013,87
Receitas Recebidas de Instituições Públicas		-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	18	108.296.340,50	137.277.577,46
Créditos a curto prazo		58.293.776,84	76.237.975,74
Realizável a longo prazo		-	-
Passivo Circulante		50.002.563,66	61.039.601,72
Passivo Exigível a longo prazo		-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	19	115.610.553,63	81.708.248,36
Caixa e Equivalente de Caixa		115.610.553,63	81.708.248,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		290.125.881,25	306.721.011,33
DISPÊNDIOS			
	Nota	2017	2016
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	20	42.294.965,61	52.138.362,12
CORRENTES/CAPITAL		41.843.414,50	48.261.226,40
Despesas Operacionais		41.843.414,50	48.261.226,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	21	451.551,11	3.877.135,72
Despesas Executadas em Programas Especiais		451.551,11	3.877.135,72
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	22	109.034.196,35	138.972.095,58
Créditos a curto prazo		59.238.450,18	77.454.075,33
Realizável a longo prazo		-	-
Aquisição de imobilizado no Período		1.242.931,08	1.408.911,18
Passivo Circulante		48.552.815,09	60.109.109,07
Passivo Exigível a longo prazo		-	-
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)		138.796.719,29	115.610.553,63
Caixa e Equivalente de Caixa		138.796.719,29	115.610.553,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		290.125.881,25	306.721.011,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Assinado



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

	Nota	(Em reais)	
		2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23		
CONTRIBUIÇÕES		18.411.845,09	17.007.524,49
Contribuições Sociais		18.411.845,09	17.007.524,49
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS		351.048,51	310.493,85
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		351.048,51	310.493,85
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		3.042.960,98	3.783.895,48
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		3.042.960,98	3.783.895,48
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		-	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Outras Transferências e Delegações Transferidas		-	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		-	-
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		21.805.854,58	21.109.913,80
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	24		
PESSOAL E ENCARGOS		3.920.648,81	3.387.114,74
Remuneração a Pessoal		2.708.257,87	2.318.301,89
Encargos Patronais		918.404,86	803.938,35
Benefícios a Pessoal		293.986,08	264.874,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		12.606.131,18	10.672.615,82
Uso de Material de Consumo		586.176,04	526.583,26
Serviços		11.731.405,73	9.938.147,04
Depreciação, Amortização e Exaustão		288.549,41	207.885,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		12.313,06	3.306,55
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		12.313,06	3.306,55
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS		-	6.980,81
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	6.980,81
Perdas Involuntárias		-	-
TRIBUTÁRIAS		6.449,90	14.159,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.449,90	14.159,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		-	-
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		-	-
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		16.545.542,95	14.077.564,76
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		5.260.311,63	7.032.349,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2017
Valores em Reais

1. Contexto Operacional (Art. 40, "I", letras a, b e c do Regulamento)

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos (Art. 40, "I", "a" e "b" do Regulamento)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Paraná, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/PR, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Curitiba - PR. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

"Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área".

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;

Assinado

- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/PR seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis referem-se ao terceiro trimestre de 2017, período compreendido entre 01 de julho e 30 de setembro de 2017, comparado com igual período de 2016, ou conforme indicado em cada demonstração, foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal, tendo como moeda funcional o Real (R\$) e apresentadas em reais.

2.1.1. Declaração de conformidade

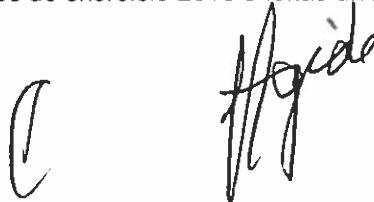
As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central em matéria contábil.

Através do Ofício Circular nº 079/DAF/SE o SENAR - Administração Central comunicou e deu conhecimento às administrações regionais do SENAR sobre alterações no Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários aprovado pela Resolução nº 30/16/CD.

O referido regulamento alterou algumas contas do elenco de contas, modificou a nomenclatura de contas, reformulando a segregação de algumas contas do ativo, passivo e de resultados no balancete base de preparação das demonstrações contábeis aqui apresentadas. Estas alterações foram aplicadas a partir do exercício de 2017.

Em 29 de maio de 2017 o SENAR - Administração Central emitiu a Nota Técnica Conjunta nº 002/2017 dispondo sobre a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e anuais do exercício de 2017 e exercícios seguintes do SENAR.

No encerramento dos períodos intermediários de 2017 foi necessário proceder algumas modificações e adaptações nas posições e saldos nos períodos comparativos do exercício 2016 e feitas divulgações antes não apresentadas.



2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração dos resultados

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Gastos com Cursos e Eventos – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.3. Valores a Receber - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.2.4. Estoques - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

2.2.5. Imobilizado - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na nota nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

[Assinatura]

2.2.6. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

a) Ativos financeiros - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

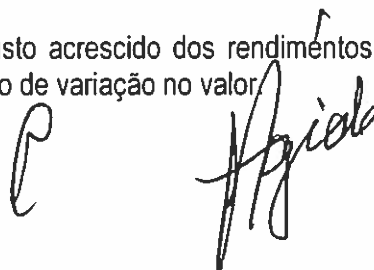
b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.



2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2017 e de 2016 não identificou ajustes a serem contabilizados.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis distintas conforme o caso em Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. No encerramento do trimestre a entidade não possuía saldo de recursos de terceiros em caixa.

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2017	2016
Caixa e Bancos				6.955,57	12.194,23
Aplicações no Mercado Aberto					
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	19/11/2021	96% CDI	32.392.488,48	35.864.971,86
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	27/08/2021	96% CDI	4.204,38	252.166,68
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	18/11/2021	96% CDI	60.608,22	54.449,84
Caixa Econômica Federal	Fundo de Investimento	09/11/2021	100% CDI	106.332.462,64	78.494.973,34
				138.789.763,72	114.666.561,72
				138.796.719,29	114.678.755,95

3.2. Bancos Conta Movimento

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

3.3. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.

(Assinatura)

4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

4.1. Dotações Orçamentárias a Receber

	2017	2016
Dotações a Receber		
Recursos Oriundos de Contribuições Compulsórias	5.500.000,00	5.200.000,00
	5.500.000,00	5.200.000,00

4.2. Demais Valores a Receber

	2017	2016
Outros Créditos		
Circulante		
Adiantamento por conta de viagem	14.800,00	6.120,00
Adiantamentos a Terceiros	237.288,00	213.592,00
Antecipações a Empregados	7.518,54	4.778,00
Valores Recuperáveis	211.114,84	50.877,84
	470.721,38	275.367,84

Adiantamento por Conta de Viagens são valores antecipados a funcionários para a realização de despesas e viagens no interesse do SENAR-PR a serem liquidados mediante prestação de contas.

Adiantamento a Terceiros são valores antecipados a fornecedores de bens ou serviços cujo fornecimento refere-se a operações em curso no encerramento do período.

Antecipações a Empregados são valores pagos antecipadamente a funcionários para posterior liquidação, geralmente no mês seguinte ao mês da antecipação.

Valores Recuperáveis são outros valores a receber de empregados e de terceiros. Compreendem também valores a compensar (salário família e salário maternidade) e a reembolsar.

5. Estoques - Material de Consumo

Estoques - Material de Consumo são materiais de consumo utilizados nas operações correntes da entidade, foram devidamente inventariados no encerramento do trimestre sendo avaliados pelo custo médio. O saldo se compõe das seguintes categorias de bens e valores totais:

0 Aguiab

	2017	2016
Categoria dos Materiais - Rec. Próprios		
Material de Limpeza	18.991,18	14.767,43
Material de Expediente	248.393,46	216.923,03
Material Instrucional	1.091.790,07	887.709,63
Material de Confeção	811.056,09	528.811,50
Outros	73.349,83	51.394,67
	2.243.580,63	1.699.606,26
Categoria dos Materiais - Rec. Terceiros		
Material Senar Nacional	58.924,31	-
	58.924,31	-
	2.302.504,94	-

6. VPD Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas - Pagas Antecipadamente são despesas pagas antecipadamente pela aquisição de seguros e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente não superior a um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar no encerramento do trimestre:

	2017	2016
Despesas Antecipadas		
Seguros a Apropriar	9.755,55	27.468,75
Assinaturas de Periódicos a Apropriar	2.730,11	2.882,03
	12.485,66	30.350,78

7. Não Circulante - Realizável a Longo Prazo

Como realizáveis a longo prazo são geralmente classificados os créditos, valores e bens cuja propriedade decorre das operações normais ou eventuais de antecedência com prazo de conversão ou realização superior a um ano.

	2017	2016
Realizável a Longo Prazo		
Seguro Fiança	10.584,00	10.584,00

8. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

Assinado

8.1. Movimentação das contas do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS

Descrição	Saldo em 30/06/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 30/09/2017
		Adições	(-) Baixas	
Custo de Aquisição - Bens Tangíveis				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	997.203,25	20.320,90	0,00	1.017.524,15
Veículos	1.438.153,76	0,00	0,00	1.438.153,76
Mobiliário em Geral	996.872,94	0,00	0,00	996.872,94
Equipamentos de Comunicação	734.280,26	4.496,45	0,00	738.776,71
Maquinas Aparelhos e Utensílios de Escritório	3.427,50	0,00	0,00	3.427,50
Equipamentos de Informática	1.781.449,34	574.640,75	0,00	2.356.090,09
Máquinas, Motores e Equipamentos	97.434,61	1.822,44	0,00	99.257,05
Outros Imobilizados	68.387,20	0,00	0,00	68.387,20
Terrenos	4.600.000,00	0,00	0,00	4.600.000,00
Edificações	7.101.183,52	0,00	0,00	7.101.183,52
Soma	17.818.392,38	601.280,54	0,00	18.419.672,92
(-) Depreciações	-4.427.370,73	1.832,51	-355.282,21	-4.780.820,43
Residual	13.391.021,65	603.113,05	-355.282,21	13.638.852,49

Descrição	Saldo em 31/03/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 30/06/2017
		Adições	(-) Baixas	
Custo de Aquisição - Bens Intangíveis				
Direito e Uso de Software	201.038,30	129.890,69	0,00	0,00
Soma	201.038,30	129.890,69	0,00	0,00
(-) Depreciações	-119.908,27	0,00	-8.476,71	-128.384,98
Residual	81.130,03	129.890,69	-8.476,71	202.544,01

8.2. Composição do imobilizado

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

Contas	Taxa	30/09/2017		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	2017	2016
Bens Móveis					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	1.017.524,15	-626.895,27	390.628,88	386.525,32
Veículos	20%	1.438.153,76	-508.327,24	929.826,52	1.106.009,53
Mobiliário em Geral	10%	996.872,94	-679.147,51	317.725,43	356.323,11
Equipamentos de Comunicação	10%	738.776,71	-435.877,75	302.898,96	347.806,13
Maquinas Aparelhos e Utensílios de Escritório	10%	3.427,50	-3.427,50	0,00	0,00
Equipamentos de Informática	20%	2.356.090,09	-1.327.386,30	1.028.703,79	216.842,12
Máquinas, Motores e Equipamentos	20%	99.257,05	-34.778,99	64.478,06	64.635,55
Outros Imobilizados	10%	68.387,20	-57.091,86	11.295,34	31.396,90
Soma		6.718.489,40	-3.672.932,42	3.045.556,98	2.509.538,66
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	4.600.000,00	0,00	4.600.000,00	4.600.000,00
Edificações	6%	7.101.183,52	-1.107.888,01	5.993.295,51	6.278.961,39
Soma		11.701.183,52	-1.107.888,01	10.593.295,51	10.878.961,39
Soma do Imobilizado		18.419.672,92	-4.780.820,43	13.638.852,49	13.388.500,05

Handwritten signature and initials.

Reavaliações

No encerramento do exercício de 2014 o SENAR-AR/PR contratou empresa especializada para realizar avaliação de bens do ativo imobilizado, tendo como objetivo observar disposição legal e normativa, especialmente quanto ao contido na Resolução CFC nº. 1.177/09 que aprovou a NBC T 19.1 – Ativo Imobilizado, avaliando seus ativos imobilizados mais relevantes com base no valor justo.

O efeito líquido da atualização de valores com base no valor justo do ativo imobilizado foi registrado no Patrimônio Líquido da entidade em conta própria, sob o título de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no subgrupo de Reservas de Capital.

9. Intangível

Contas	Taxa	30/09/2017		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	2017	2016
Bens Móveis					
Direito e Uso de Software	10%	330.928,99	-128.384,98	202.544,01	386.525,32
Soma		330.928,99	-128.384,98	202.544,01	386.525,32

10. Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias

Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias são obrigações decorrentes de verbas remuneratórias pagas através de folha de pagamentos à funcionários e dirigentes incluindo o valor líquido de salários, pro labores e cédulas de presenças. Este conjunto de obrigações inclui os correspondentes encargos sociais incidentes sobre as referidas verbas remuneratórias.

Detalhamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias:

	2017	2016
FGTS	54.491,16	50.541,08
IRRF	94.783,47	78.118,81
INSS	248.540,09	227.304,01
PIS	7.602,90	6.360,68
	405.417,62	362.324,58

11. Fornecedores de Bens e Serviços

Obrigações com fornecedores de bens e serviços são obrigações decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal.

	2017	2016
Saldo das Obrigações com Fornecedores de Bens e Serviços	1.265.777,69	409.658,41
	1.265.777,69	409.658,41

P Aguiar

12. Obrigações Fiscais

Obrigações fiscais são obrigações decorrentes de compra de bens e serviços cuja obrigação de reter e recolher os tributos incidentes sobre estas compras cabe ao comprador. Referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos, geralmente com vencimento no mês seguinte ao mês da compra.

	2017	2016
PIS/COFINS/CSLL	7.073,33	12.801,39
IRRF	15.513,09	17.996,49
ISS	993,55	3.894,82
	23.579,97	34.692,70

13. Apropriações Trabalhistas

Apropriações trabalhistas são obrigações com empregados registradas em base estimada e referem-se ao compromisso com o pagamento das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

	2017	2016
Provisões Tributárias	1.957.391,69	1.011.354,38
	1.957.391,69	1.011.354,38

14. Demais Obrigações

Demais obrigações são obrigações não classificadas nas contas precedentes, decorrentes de operações normais da entidade e controladas em contas específicas.

	2017	2016
Convênios a Realizar	9.812,07	221.085,24
Otras Contas a Pagar	191.334,44	187.143,76
	201.146,51	408.229,00

15. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:

	2017	2016
Outras Reservas		
Doacoes Recebidas	300.000,00	300.000,00
Reserva para Investimentos	23.855.641,97	23.855.641,97
	24.155.641,97	24.155.641,97
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Terrenos	3.960.000,00	3.960.000,00
Edificações	2.645.270,21	2.813.047,37
	6.605.270,21	6.773.047,37
Superávit ou (-) Déficit Acumulado	126.320.186,11	68.493.135,50
	157.081.098,29	99.421.824,84

[Assinaturas manuscritas]

A parcela realizada do ajuste de avaliação patrimonial é registrada mensalmente a crédito da conta Superávit ou (-) Déficit Acumulado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial tem como base a depreciação dos bens avaliados e, quando for o caso, o valor líquido dos ajustes de avaliação contidos nos bens baixados.

16. Receitas Orçamentárias

Receitas orçamentárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

17. Transferências Financeiras Recebidas

Transferências financeiras recebidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

18. Recebimentos Extraordinários

Recebimentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

19. Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte são valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa para o custeamento das atividades da entidade no início e no fim do período apresentado.

Os valores em caixa e equivalentes de caixa estão descritos na nota 3 acima.

20. Despesas Orçamentárias

Despesas orçamentárias compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

21. Transferências Financeiras Concedidas

Transferências financeiras concedidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

22. Pagamentos Extraordinários

Pagamentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b) Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

(T) *Aguiar*

c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

d) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

e) Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

f) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

g) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

24. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Diminutiva

As variações patrimoniais diminutivas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reforma, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Aguiar

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

e) Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

g) Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

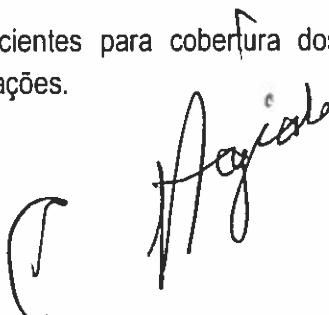
O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

25. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.



26. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/PR com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Curitiba, 30 de setembro de 2017.

Paloma Brizola
PALOMA BRIZOLA
CPF 042 978 629 - 80
CRC 061412/O-5